**FLAVIO CARNEIRO**

De acordo com Carneiro (2013) o efeito de variação no cambio real sobre o desempenho do comércio exterior brasileiro demonstrou-se pouco variável, estimou-se essa variação baseado na elasticidade das importações e exportações, dada variação na taxa de cambio. A demanda nacional por importações parece ser determinada essencialmente pelo comportamento da renda, enquanto demanda por exportações brasileiras é determinada pelo comportamento da renda externa – exceto no caso dos produtos manufaturados, para a qual o efeito dos preços relativos mostrou-se mais relevante. Já a oferta de exportações depende da capacidade produtiva interna, com pouca influência da taxa real de câmbio. Dessa forma o autor concluiu que o principal fomentador das exportações foi a demanda mundial até 2008, essa afirmação apesar de pouco conclusiva gera indícios que a utilização de política cambial para dinamizar exportações poderia não ser muito efetivo, especialmente em períodos de crise na demanda mundial, para gerar algum efeito de fato, seria necessário um grande descolamento dos preços relativos para gerar resultados esperados, com exceção no caso dos bens manufaturados.

**ARAUJO**

Segundo Araujo (2012) observou que variações once-for-all do nível da taxa de câmbio podem desempenhar um papel importante na composição setorial da economia. Analisou que a taxa de crescimento de um país compatível com balanço de pagamentos equilibrado pode sofrer impacto por mudanças do nível de taxas de câmbio nominal e o conceito de uma taxa de câmbio natural é introduzida.

Uma apreciação na taxa de cambio diminui a competitividade das indústrias internas com relação ao exterior, podendo produzir transformações estruturais na economia do pais, que podem diminuir o nível de crescimento e investimento. Alem disso, um país ainda pode aumentar sua taxa de crescimento, apesar de estar enfrentando pequenas taxas de crescimento da renda mundial, mas é preciso que este seja capaz de alterar a composição setorial dos componentes da sua balança comercial, porem essa mudança é lenta, pois alguns setores são rígidos.

Concluiu-se que o efeito obtido é contrario a sabedoria convencional de que apenas mudanças constantes da taxa de câmbio geram um papel importante para o crescimento econômico no longo prazo. Dessa forma a teoria heterodoxa, que o meio de crescimento da economia nos países em desenvolvimento pode ser

induzido por estratégias de crescimento é confirmada.

**BACEN**

Através do trabalho de Schwantes, Freitas, Zanchi (2010), onde foi examinado o comportamento da balança comercial do agronegócio entre o período de 1990 a 2007 e de seus determinantes mais relevantes, considerando crescimento interno, consumo externo, taxa de câmbio efetiva real, termos de troca e acesso a novos mercados. Analisou-se que a taxa de cambio é o fator mais influente no que diz respeito a competitividade do setor agroindustrial e agropecuário brasileiro. Concluiu-se que as variáveis mais relevantes na determinação do saldo comercial do agronegócio brasileiro foram, no longo prazo, renda interna, taxa de câmbio efetiva real e importações agrícolas mundiais (renda externa). Porém ao contrario do que se esperava, os termos de troca não foram estatisticamente influentes, desse modo, esta variável não é critério de competitividade internacional do agronegócio brasileiro no período estudado. No curto prazo, as desvalorizações da taxa de câmbio efetiva real e as exportações do setor para a China, que no caso se refere a conquista de um novo mercado no período analisado, estes, são, do ponto de vista estatístico, de extrema importância para justificar as alterações no saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro. Portanto, para acrescer o volume exportado pelo setor, é fundamental a busca por novos mercados e preservação dos já adquiridos.

**Dionisio Dias Carneiro e Wu**

Carneiro e Wu (2004) buscaram saber os efeitos na relação entre a taxa de câmbio, a taxa de juros e o balanço de pagamentos, e seu financiamento, para a economia brasileira pós-Plano Real. A Política Monetária influência de duas maneiras o financiamento das contas externas: aumentam a limite de capitais de curto prazo, através captação de investimentos em renda fixa, e podem diminuir o déficit em conta corrente, a partir de seus efeitos sobre o saldo das exportações líquidas. Fundamentado na influência da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre as contas externas, comprovou-se que o Índice de Condições Monetárias pode ser eficaz como um indicador das pressões futuras sobre as contas do comercio exterior do País. Assim, programas monetário-cambiais orientados para o controle do déficit em conta corrente podem ser montados a partir de um indicador deste tipo.

Concluiu-se que a relação obtida entre o ICM e as exportações líquidas é mais diretamente afetada pelos instrumentos monetários. A influencia sobre o nível de atividade e de emprego resultante da ocorrência de choques negativos sobre o Balanço de Capitais, que necessitam ajustes monetários internos, de modo a impedir uma possível crise por falta de recursos, podem ser adiantados através dessa relação. Porém não significa uma solução pronta, pois é necessário um modelo de politica para determinar o ICM.

Há diferenças na atuação dos componentes do ICM sobre os desequilíbrios externos que devem ser consideradas. Primeiramente, o tempo, pois enquanto o efeito da taxa de câmbio sobre as contas externas inicia-se no mesmo trimestre, a taxa de juros leva um trimestre para ser compreendida, uma vez que a ação se dá através do nível de atividade. Em segundo lugar, com relação aos efeitos colaterais: uma desvalorização cambial ocasiona inflação, por repasse dos preços dos bens finais e intermediários sobre o índice de preços ao consumidor, já o aumento na taxa de juros afeta o crescimento pela via da redução do nível de investimento e atividade, pois a produção se torna mais cara, devido que grande parte das empresas dependem de empréstimos e financiamento para suas atividades. Assim é de grande importância lembrar que o Governo exerce apenas algum (e limitado) controle simultâneo sobre a taxa de juros e a taxa de câmbio, que afetam as decisões fundamentais de consumo, de investimento e de alocação de carteira, dos agentes econômicos.

**Magalhães e Toscano**

Segundo Magalhães e Toscano (2013) construiu-se uma base de dados referentes as variáveis dos setores externos estadual e nacional ao longo de um período de dez anos (2002-2011), atentando para seu desempenho de curto prazo, com ênfase na volatilidade e persistência das flutuações observadas. Concluiu-se que, as variáveis de comércio exterior serem mais estáveis que as medidas de nível de atividade, eles apresentam também um padrão pro cíclico e defasado. Constatou-se também que o saldo da balança comercial mostrou um padrão marcadamente no sentido contrario e que a inconstância das variáveis de comércio exterior são mais voláteis, em media, no estado do Espirito Santo do que no caso brasileiro. E não obteve-se fortes evidências que indicaram a possível ocorrência de uma “curva-S” relacionando saldo da balança comercial e termos de troca.

Através desta pesquisa evidenciou-se a ocorrência de ciclos de negócios em variáveis de comércio exterior tanto no Brasil quanto no estado do Espirito Santo. Especificamente, às flutuações cíclicas em economias abertas pode significar um importante avanço na construção e simulação de ambientes macroeconômicos artificiais, e também munir de ingredientes necessários à elaboração e execução de políticas voltadas para o setor externo.

**Marçal, Nishijima e Monteiro**

Conforme Marçal, Nishijimi e Monteiro (2009) verificaram em que medida o saldo comercial responde a alterações de preços relativos no período recente. Avaliaram também qual a medida da relação encontrada entre saldo comercial e taxa de câmbio real manteve-se inalterada ao longo do período de 1980 a 2004. O resultado obtido neste trabalho indica que tal relação continua existindo e esta estagnada por volta de um quarto de século. O motivo pelo qual foi colocado em duvida os estudos da segunda metade dos anos noventa deve-se a ocorrência da abertura da economia, que gerou um grande desequilíbrio que durou até o fim década de noventa. As consequências dessa abertura econômica durou quase uma década para ser absorvido e claramente a desvalorização cambial do ultimo ano do século passado fez com que a correção deste desequilíbrio se torna-se mais rápida. Portanto concluiu-se que há a existência de uma relação estável entre taxa de câmbio real e saldo comercial para a economia brasileira.

**Sonaglio, Scalco e Campos (2010)**

De acordo com o estudo de Sonaglio, Scalco e Campos (2010) que analisaram os efeitos do curto e de longo prazo de uma depreciação cambial sobre o saldo da balança comercial considerando dados agregados de comércio entre o país e o resto do mundo, buscando possíveis incidências de Curva *J* para 21 setores da balança comercial de manufaturados brasileira no período de 1994 a 2007.

Concluiu-se através desse trabalho que 10 dos 21 setores analisados demonstraram o primeiro estágio da Curva *J*, ou seja, apresentaram piora no saldo da balança comercial no curto prazo e no longo prazo registraram resultados positivo, após o efeito da desvalorização cambial. No entanto, dos 10 setores que apresentaram o primeiro estágio, apenas dois registraram saldos positivos na balança comercial no período determinado, indicando assim, a hipótese de Curva *J*. Seis setores de produtos manufaturados não apresentaram, no curto prazo, o efeito esperado após a desvalorização cambial , que foi o objetivo do estudos, porém, demonstraram melhora no saldo no longo prazo. Já outros setores mostraram piora do saldo no curto prazo e não obtendo o resultado esperado no longo prazo.

**Scalco, Carvalho e Campos (2012)**

Através do trabalho de Scalco, Carvalho e Campos (2012) que analisaram as consequências de choques na taxa de câmbio real sobre o saldo da balança comercial agropecuária brasileira, após a implantação do Plano Real, no curto e longo prazo. Observaram que há relações de equilíbrio de longo prazo entre a balança comercial agrícola, renda externa e taxa de câmbio real, e também, entre a renda doméstica, renda externa e taxa de câmbio real. No longo prazo, quando depreciou-se a taxa de câmbio em 1% ou um aumentou-se em 1% a renda externa obteve-se aumentos de 2,04% e 1,95%, respectivamente, no saldo da balança comercial agropecuária. Evidenciou-se a condição de Marshall-Lerner, obtendo assim, no longo prazo, a superação do efeito volume sobre o efeito preço, tornando o saldo da balança comercial maior.

Já no curto prazo negou-se a evidencia de Curva *J* onde o saldo da balança comercial pioraria num primeiro momento, melhorando depois de um determinado período. Concluiu-se então, que, politicas cambias de desvalorização da moeda nacional, apresentará melhora na balança comercial do setor agropecuário. Analisando somente pelo lado de que não irão afetar negativamente a balança comercial. Porém, deve ser observado que na segunda relação de equilíbrio, verificou-se que uma desvalorização de 1% na taxa de câmbio real e um aumento de 1% na renda externa provocaram efeitos opostos sobre a renda doméstica (redução de 1,16% e aumento de 0,74%, respectivamente), ou seja, há indícios de um *trade-off* entre a renda doméstica e o saldo da balança comercial agropecuária, portanto é necessário uma analise das consequências antes de praticar uma politica cambial para beneficiar a balança comercial do agronegocio.

**Vasconcelos (2010)**

Conforme Vasconcelos (2010) que avaliou a hipótese de Curva *J* por meio da analise bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, Mercosul, União Europeia e Resto do Mundo de acordo com a dinâmica de curto e longo prazo da balança comercial brasileira, no período de 1990 a 2009.

Não se averiguou, no curto prazo, o efeito esperado da Curva J para os fluxos de comércio brasileiro com o Mercosul e com os Estados Unidos, considerando o câmbio real.

No que consiste a renda interna e renda externa, obteve-se os como era esperado no fluxo comercial com o Mercosul, negativo para o renda interna e positivo para a renda externa. Observou-se também que defasagens até dois períodos na renda interna, afeta o saldo do balanço comercial do Brasil com os Mercosul. A renda externa, mais especificamente o PIB da Argentina gera impactios de memória tão longa sobre o balanço comercial quanto o PIB brasileiro. No fluxo comercial entre EUA e Brasil verificou-se defasagens de tempo mais longa na renda interna e atual para a externa.

No longo prazo a condição Marshall-Lerner, isto é, o comportamento de uma variação cambial no longo prazo apresentou sinais positivos no fluxo de comercio com o Mercosul e Estados Unidos, para os coeficientes estimados. Assim constatou-se que o balanço comercial brasileiro atende de maneira elástica as alterações do câmbio real.

Outra analise que foi obtida através do trabalho foi que as variáveis renda interna e externa foram significativas e apresentaram o que foi esperado, somente para o Estados Unidos.